

Governo quer vincular dívida dos Estados

PLANALTO VAI DISCUTIR COM GOVERNADORES PROPOSTA QUE AMARRA A RENEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS A SOLUÇÃO PARA ROMBO DOS BANCOS

José Varella/AE — 26/12/94

O governo federal quer tratar, no mesmo balcão, a questão das dívidas dos Estados e de seus bancos. Em vez de negociações isoladas, no Ministério da Fazenda e no Banco Central, os governadores serão levados a discutir propostas que resultem em soluções conjuntas e definitivas para as dívidas dos governos e para os bancos estaduais. "A privatização é uma das alternativas", admite o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, designado interlocutor oficial do governo para tratar do problema.

Ao garantir que a disposição oficial é a de montar um programa abrangente "que discuta o problema dos bancos estaduais de forma estrutural", Parente confirma que "o governo está se propondo a ajudar a resolver o problema, desde que a figura do banco estadual não provoque, no futuro, os problemas que causou no passado". Ou seja, o governo quer evitar o uso político e a má administração dos bancos pelos governos estaduais, fatores que levaram ao desequilíbrio quase que gene-



Pedro Parente, secretário-executivo do Ministério da Fazenda

ralizado dessas instituições.

De acordo com outro integrante da equipe econômica, o governo estuda também a adoção do "critério um por um" no processo de negociação do ajuste financeiro dos Estados. Para cada R\$ 1 que o governador tomasse emprestado junto à União, teria de oferecer R\$ 1 de ativo em troca. Esse critério, ainda não detalhado, poderá nortear os parâmetros do Minis-

tério da Fazenda nas negociações, independente da situação de cada Estado ou banco estadual. A compensação com a venda dos ativos será exigida para evitar impacto nas contas da União.

No Congresso, a idéia de vincular a negociação de débitos com a venda de ativos estaduais é recebida com descrédito. Parlamentares lembram que muitas empresas estaduais estão em situação pré-fali-

mentar e que alguns Estados não têm patrimônio para oferecer. Um deles ironizou: "Só se os Estados puderem oferecer praias e pontes."

O pacote de renegociação da dívida dos Estados e da reestruturação de seus bancos começa com as cinco instituições que estão sob o controle do Banco Central: Banespa, Banerj, Produban (de Alagoas), Bemat (do Mato Grosso) e Beron (de Rondônia). Em seguida, o programa será estendido aos demais Estados.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, diz que "o governo está disposto a pagar o preço para não ter problemas no futuro", referindo-se à busca de soluções definitivas para os bancos estaduais — a reestruturação sólida das instituições ou a privatização. Com as condições negociadas para o Banespa, Loyola considera que a extensão dos mesmos critérios aos demais Estados "não é uma questão política", mas de igualdade de tratamento.

Miriam Moura/AE e
Soraya de Alencar/AE